



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na solenidade de lançamento
da Campanha de Valorização do
Produto Nacional*

AUDITÓRIO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS,

BRASÍLIA, DF, 25 DE MAIO DE 1999

Senhores Ministros que aqui se encontram; Senhor Fernando Bezerra, Presidente da CNI; Senhores Parlamentares; Senhor Presidente do Conselho do Sebrae, Doutor Pio Guerra; Senhor Diretor-Presidente do Sebrae, Sérgio Moreira; Senhores Empresários; Senhoras e Senhores,

Bem-vinda esta campanha neste momento. O Brasil, como aqui já foi dito, passa por mais um momento em que as escolhas são decisivas, em que a coragem e a determinação são atributos necessários para que possamos alcançar aquilo que todos desejamos.

E o que todos desejamos só pode ser que este país cresça e que sua população viva cada vez melhor, depois das turbulências conhecidas por todos, que vêm de longa data, que vêm, na verdade, desde o momento em que, no sudeste da Ásia, as turbulências financeiras começaram a ocorrer, que tiveram conseqüências dramáticas sobre aquela região, mas que nos alcançaram já em 98.

Tudo isso se precipitou mais ainda a partir da crise da Rússia e tudo isso teve, também, como conseqüência, uma paralisação momentânea do ritmo de crescimento do Brasil.

Graças à pertinácia desse povo, à compreensão dessa sociedade, tivemos a condição de continuar no rumo necessário, no rumo desejado que, hoje, é reconhecido, talvez mais lá fora do que aqui dentro –, não é só com o produto nacional que existe uma certa incompreensão – hoje é por todos reconhecido que o Brasil conseguiu ou está conseguindo superar as dificuldades e voltando a ter a trilha do crescimento econômico bastante bem pavimentada, porque não saiu da trilha da estabilidade.

Quaisquer discussões sobre estabilidade *versus* desenvolvimento são frívolas, porque são o produto da incompreensão. Não existe crescimento sustentado sem estabilidade. E a estabilidade, só por ela, não resolve os anseios do povo. Sendo assim, estando nós num momento em que, outra vez, se vislumbram possibilidades de retomada forte do crescimento econômico. É preciso que, cada vez mais, acreditemos em nós próprios. É preciso que, cada vez mais, exista uma coesão moral que não se deixe minar por falsos problemas, nem pelas paixões políticas, mas sim que se deixe levar adiante, pelo amor ao Brasil.

E amor ao Brasil significa, neste momento, efetivamente, dar melhores condições de existência ao setor produtivo nacional, porque, ao dá-las, estaremos dando também melhores condições de existência às famílias, aos trabalhadores e possibilitando o bem-estar.

Aqui, hoje, algo do que eu pude ouvir, e foi pouco, deixa bem claro que é o caminho. Deixa-se bem claro que a nossa indústria foi capaz de, depois de a economia estar aberta – e tinha que estar aberta, não existe mais economia fechada que se sustente –, a indústria foi capaz de se adaptar. E se adaptou passando por uma provação que poucas economias e poucos países passaram: taxas de juros, que chamei em algum momento de escorchantes.

Ora, uma economia e uma indústria que foram capazes de resistir às intempéries naquele nível de taxa de juros têm todas as condições para, na medida em que o governo continuar – como vai continuar – criando as condições de estabilidade; na medida em que o Congresso responder, como vai responder, levando adiante as reformas –

voltarei a elas –, têm todas as condições para retomar com uma força surpreendente a sua trajetória de crescimento.

E não me venham dizer que sou otimista. Já cansei de encarar o otimismo como se fosse algo negativo. É positivo, o Brasil é otimista, porque vai crescer. Precisa crescer, precisa ter têmpera. Não podemos estar nos torrando no nosso próprio caldo, a todo instante vendo mais obstáculos do que aqueles – já são muitos – que já temos. Mas, mais do que os obstáculos, temos a coragem para saltá-los. A indústria vai seguir adiante.

Só que agora é chegado o momento, também, de dizer que por indústria não queremos apenas dizer a grande indústria. Sem ela, não teríamos muitos dos produtos que aqui foram mostrados. Mas precisamos olhar mais e mais, como foi lembrado pelo presidente do Sebrae, para a pequena, a média e a microindústria.

É preciso que exista um esforço grande e consciente por parte de todos no sentido de darmos condições efetivas para aqueles que não têm nem sequer, muitas vezes, a informação necessária para tomar decisões adequadas. Poderemos talvez ter taxas elevadas de crescimento, mas, dificilmente teremos taxas elevadas de emprego. E o que o Brasil quer, hoje, é emprego, não é só crescimento. E emprego com crescimento significa avanço com a indústria nacional, mas significa também que se espraíam as condições desse crescimento à pequena e média empresa, de maneira prática, de maneira concreta.

O Governo tem se esforçado nesse sentido. Alguns dos exemplos foram aqui mencionados. A questão do Simples, a questão do Fácil, a questão dos Fundos de Aval, mas precisamos criar um espírito, que não pode ser simplesmente o Presidente ou o Congresso tomarem decisões que, depois, ficam estioladas pela falta de mecanismos que levem e que propaguem, que disseminem a informação, a modificação e os meios de realização dos objetivos ao conjunto da sociedade.

Nenhum governo fará isso sozinho. Isso não é tarefa de governo. É tarefa da sociedade. É tarefa da CNI, é tarefa do Sebrae, é tarefa dos sindicatos de trabalhadores e de empresários. É tarefa coletiva para que possamos, efetivamente, criar uma rede, não de proteção,

mas de intensificação da competência, porque qualidade não se tem sem competência. E quem não tem qualidade não vende nem lá fora nem aqui dentro. E o bom do Brasil é que aqui dentro, hoje, se exija a mesma qualidade que se exige lá fora. É por isso que podemos dizer: compre porque é bom, e não compre somente porque dá emprego, porque é brasileiro. Além de ser brasileiro e dar emprego, é bom. Isso é fundamental porque vivemos um momento em que a qualidade vai primar, e vai primar crescentemente. Se falamos de qualidade é preciso que se veja, também, não só informação, mas adestramento, capacitação, educação e possibilidade de absorver tecnologia. E, mais do que isso, de criar tecnologias. Se não criarmos condições de igualdade de oportunidades, repito, cresceremos como economia, mas não fortaleceremos a sociedade porque não haverá mais democracia nem mais igualdade. O Brasil também se cansou da desigualdade e da concentração de renda. E a desconcentração de renda não é um ato de governo. É um ato consciente do conjunto do país que precisa entender o que acabamos de mencionar como um dos exemplos, que é preciso que haja um espraiamento das oportunidades, para que os menores, os micros, os pequenos sejam eles também filhos de Deus nesta terra de tanta bonança.

Esse é nosso desafio. O nosso desafio, hoje, não é portanto, apenas, o de colocarmos outra vez a economia nos trilhos. Ela já está encarrilada. É de evitar que outras forças desencarrem. Estão todas aí, prontas para desencarrilar na paixão política, imaginando que, ao desencarrilar, em algum momento, terão vantagens. Não terão. Todos perderemos. Mas teremos a força suficiente, o discernimento, a firmeza, a serenidade, mas também a energia para manter a economia e o País nos trilhos que nos levem ao crescimento e ao progresso.

Não tenho dúvida de que, neste momento tão denso da vida brasileira, a ação dos Senhores e das Senhoras, a coordenação desses esforços será essencial para que possamos levar adiante aquilo que todos pressentimos como uma possibilidade concreta. Educação será cada vez mais o mote do meu governo, porque faz parte desse mesmo processo de ampliação das oportunidades para todos. Sem isso, não

haverá possibilidade de que se espraie o bem-estar, de que haja, realmente, um proveito do crescimento não apenas para os grandes, que concentrarão cada vez mais – e assim é a natureza das coisas –, mas que não resolverão as questões da imensa maioria que precisa de maior participação, que precisa de maior, eu não diria padrinho, mas maior consciência dos seus direitos, dos seus deveres e maior capacidade de reivindicação. E isso, sim, aqueles que têm, detêm capacidade de decisão terão que ser cada vez mais sensíveis a essas demandas que virão, crescentemente, em número maior, por parte da base da sociedade brasileira.

Não será suficiente esse elã de crescimento econômico. Não será suficiente que o Governo mantenha a postura que vem mantendo de não esmorecer nos esforços para levar adiante a reorganização da economia. Não será suficiente sequer o esforço que estamos fazendo aqui para que mais pessoas participem desse momento de transformação. Não será suficiente, também, apenas educação. Vamos precisar mais. Vamos precisar continuar, efetivamente, as reformas. Aqui se mencionou a reforma tributária. Reforma tributária, hoje – e agora é o momento –, é condição para que as coisas ocorram da melhor maneira para o Brasil.

Quantas vezes ouvi dizer que o Presidente não estava interessado na reforma tributária. O Presidente tem a responsabilidade de levar os destinos do Brasil. E a responsabilidade de, em certos momentos, não incentivar aquilo em que ele crê e gosta, porque acha que não é oportuno. Mas tem, também, a responsabilidade de, no momento oportuno, empenhar-se a fundo para que as coisas aconteçam. Eu me empenhei a fundo, como poucos brasileiros, para que o Brasil voltasse a ter esperança quando havia inflação galopante no Brasil e quando muito poucos acreditavam que seria possível combatê-la.

Eu me empenhei a fundo para que o Congresso Nacional desse ao país as reformas necessárias. Nem sempre venci. E, quando venci, venci pela metade, porque não é fácil fazer avançar reformas como a da Previdência e a da Administração, que tocam em interesses muito enraizados e mesmo, muitas vezes, em visões do mundo muito enrai-

zadas. Mas me empenhei a fundo. Eu me empenhei a fundo, ainda recentemente, para que não voltássemos a ser engolfados nem pela inflação nem pela ameaça das crises cambiais.

Tomei decisões difíceis e duras para que pudéssemos, realmente, enfrentar as intempéries que eram muito fortes, que estavam por aí afora. Agora, vou continuar me empenhando a fundo pela educação, como disse, para a continuidade do crescimento; para que se espraie esse crescimento para as pequenas e microempresas; para que nós continuemos também a fazer as reformas necessárias. E a reforma tributária é necessária. O Congresso não precisa esperar que estejam todos os itens prontos para começar a fazê-la.

Quem não se estarreceu, recentemente, ao ouvir o Secretário da Receita Federal dizer que, por causa de liminares, temos a receber mais de 30 bilhões de reais? Isto é mais do que o Imposto de Renda da Pessoa Física. É algumas vezes mais. Liminares não são julgadas e não há limites para que sejam julgadas. Basta conceder a liminar e não ter, sequer, a responsabilidade de decidir sobre o mérito. Será isso justo?

Será que ao pedir, como estamos pedindo, ao Congresso que limite o período de tempo em que a liminar fica sem ser julgada, estaremos atropelando a Justiça, estaremos contrariando os interesses maiores da Justiça no Brasil? Ou será o contrário? Ou será que a Justiça fica adormecida a despeito da imensa maioria de bons juízes que temos, quando alguns poucos, que não são tão dedicados assim, tomam decisões que afetam, eventualmente, o erário público e não assumem, sequer, a responsabilidade da palavra final, de dizer se é “sim” ou “não”. Basta uma liminar para se suspender impostos.

Às vezes, o imposto será injusto, mas quando o for, que se julgue, que se decida que ele é injusto. Por que não tomar já essa decisão no Congresso Nacional? A lei está lá. Por que não temos a coragem – a lei está lá também – de mostrar que é preciso haver, também, algum tipo de informação fiscal naqueles casos em que existam indícios veementemente de sonegação ou de elisão? Por que não permitir que haja acesso, por parte do Fisco, dentro da confiabilidade e do sigilo necessário, àquelas informações? Ou será necessário que, a todo instante,

tenhamos o Brasil vendo suas tripas expostas por CPIs, porque os caminhos normais não permitem que essas mesmas tripas sejam expostas? Muitas vezes, poderiam ser, não expostas, mas corrigidas adequadamente antes de serem expostas. E sabe Deus se, depois disso, da exposição, serão efetivamente corrigidas ou não, ou se a exposição foi, na verdade, feita por parte daqueles que mereciam tê-las expostas ou se foram simplesmente vítimas de algum exibicionismo eventual, que possa ocorrer aqui e ali. Cabe ao Congresso Nacional a ponderação.

Cabe ao Congresso Nacional, nessa questão da reforma tributária, ao mesmo tempo, simplificar os impostos – e precisa simplificá-los – e desonerar as exportações porque não cabe exportar impostos. E não adianta reclamar do Governo Federal, porque estamos tirando recursos de tal ou qual região do país, porque estamos é dando recursos para o povo do país, embora tenhamos, eventualmente, criado dificuldades para o Tesouro estadual num outro momento. Não. Vamos continuar com as exonerações de impostos na exportação. Mas não podemos continuar com “uma falsa exoneração” de quem não paga imposto, de quem sonega ou de quem faz o planejamento fiscal de uma maneira tal que torna inútil a existência de legislação que, realmente, cobre de uma maneira mais justa.

Queremos, sim, menos impostos, mas que mais paguem. E que paguem mais os que mais têm que pagar. Queremos, sim, simplificação. Da linha do que já foi feito para a pequena e microempresa, eu concito os estados e municípios a que se juntem ao Simples, porque é um instrumento importante de simplificação. Queremos, sim, mais transparência. Queremos, sim, mais impostos que sejam menos declaratórios e mais automáticos, sem chegar ao exagero de imaginar-se que seria possível não haver impostos declaratórios. É possível rediscutir tudo isso de boa-fé, com clareza, com setores empresariais, com os contribuintes, com os governos no Congresso Nacional.

Como disse o Senador Fernando Bezerra, eu estive em contato, recentemente, com os responsáveis pela reforma tributária e estou convencido – aqui há muitos parlamentares responsáveis – de que,

havendo essa determinação, poderemos votar uma reforma tributária ainda nesta sessão legislativa.

Tem que ser uma reforma realista, que vá na direção correta, ou seja, que simplifique, que desonere, que faça com que todos paguem quanto possível, que alíquotas sejam mantidas no nível moderado, que possa haver um aumento de arrecadação pelo aumento da atividade econômica. E que se tenha em consideração também que existe uma enorme responsabilidade por parte do Estado brasileiro nos seus vários níveis. O Estado não pode existir, a não ser fabricando dinheiro, via inflação, sem uma arrecadação tributária à altura das suas responsabilidades.

Tudo isso é possível e tudo isso faz parte do mesmo movimento que aqui está se concretizando, hoje, de um novo Brasil. Um Brasil que valoriza os brasileiros, um Brasil que valoriza o produto nacional, um Brasil que se disponha, efetivamente, a aceitar, de cabeça erguida, a competição aqui dentro e lá fora, com os apoios necessários de qualidade, de financiamento, de mecanismos tributários.

Com essas palavras de entusiasmo – sempre tenho entusiasmo por este país –, com essas palavras, eu os felicito. E ao ver, aqui, a peça publicitária que nos foi mostrada para o cinema, realmente, dá orgulho de ser brasileiro. Temos grandes brasileiros como os que aqui aparecerem. Temos muitos brasileiros anônimos que são os que fabricam essas questões, não só os que fazem o *design*, os que têm a capacidade inventiva, aqueles que investem, mas também aqueles que mexem com as máquinas, os que distribuem, os que fazem o comércio, os que plantam, enfim, um país que tem muito e muito mesmo do que se orgulhar.

Eu me orgulho do Brasil. E, esta manhã, fiquei mais contente ainda ao ver a decisão aqui tomada, de levar adiante uma campanha pelos produtos nacionais. Adiro a ela.